

**Para se compreender a “modernidade”, qual o lugar da “antiguidade”?:  
A importância da compreensão do religioso na “antiguidade”  
para o estudo da religião na “modernidade”**

Em todas as sociedades e culturas, de um modo ou de outro, verifica-se existir, como que formas de realização, de concretização, e mesmo de materialização, processos de indução que podemos considerar e designar como «educativos», isto é, capazes de conduzir e acompanhar o crescimento, a integração e a localização dos indivíduos no grupo ou no conjunto social. Educar<sup>1</sup>, na sua raiz, expressa a experiência e a subtileza de conduzir, de encaminhar. Duas dimensões recobrem este processo de construção societária: o poder<sup>2</sup> e a piedade<sup>3</sup>, sendo ambas do âmbito do relacionamento entre indivíduos, grupos e comunidades, permitindo e potenciando a emergência de funções especializadas, que designamos mais correntemente como sendo: o guerreiro e o sacerdote.

É difícil estudar o religioso ou «as religiões»<sup>4</sup> devido, antes de mais, à persistência utilitária das próprias religiões em se autocompreenderem e autorrepresentarem como fossem realidades estáticas e estanques. Para superar este reducionismo, e como já foi referido, talvez se possa ou deva tomar em conta duas outras dimensões que, sendo sociais, nos remetem para a elaboração e a estruturação do sentido e do significado: o poder e a piedade.

A perceção e a elaboração sobre estas instâncias e funções são de todos os tempos, aqueles que consideramos históricos; porém, a sua disposição ou correlação permite considerar a existência de uma ordem antiga e de uma ordem nova. Sendo que, em muitas dinâmicas societárias, existem reajustamentos que resultam da concorrência e da disputa entre estas funções que estabelecem processo de ordenamento social e político;

---

<sup>1</sup> Realização da educação, palavra composta do prefixo *ex-* (para fora), da expressão *ducere* (conduzir) e do sufixo *ação* (fazer, efetuar – efeito de).

<sup>2</sup> Poder é uma expressão de origem latina, mas que na sua raiz indo-europeia (*poti-*) está associada à noção de amo, dono e esposo.

<sup>3</sup> Piedade é uma noção de origem latina associada a devoção (ação e efeito de dar voto, de dar crédito) e a amabilidade.

<sup>4</sup> Religioso e religião são duas expressões objetivamente não idênticas que na sua utilização historiográfica tendem a sublinhar aspetos distintos, como seja, por um lado, a emoção e o sentimento e, por outro lado, o institucional e o sistema complexo do religioso organizado.

portanto, ordens novas (por exemplo, novas dinastias) mas que, muitas vezes se legitimam como sendo um retorno à harmonia das origens, superando o caos. Este processo é uma formulação culturalmente recorrente nos processos de elaboração mítica, oferecendo o mito uma densidade antropológica e societária de primeira relevância.

Considerando estes aspetos, e por isto mesmo, limitar-se-á à análise política, quando esta é tomada no sentido mais restrito (as lutas pela e na governação), é profundamente redutor. Duas dimensões ocorrem como particularmente significativas para se poder compreender e preencher a própria realidade do político: os interesses económicos e simbólicos (nomeadamente, colocados em termos de crenças – de fórmulas discursivas comportando retóricas de e sobre o religioso). A vida social é sustentada pela interação destes múltiplos planos que se entrecruzam, gerando sempre teogonias e teologias.

O conceito de «mundo antigo» tem a sua legitimidade como forma de colocar o presente em relação ao passado mas não deixa de se apresentar como ambíguo. Será o «antigo» o que não volta ou que não é nosso?

Para se poder realizar o estudo de sociedades antigas, e antigas em relação a nós, é necessário treinar constantemente, em certo sentido, um desapego que possibilite um rigor de análise mas também uma empatia não fusional mas crítica. Durante muito tempo, pensou-se que através dessas sociedades se poderia conhecer dimensões mais elementares de formas societárias, distintas das nossas contemporâneas e em relação às quais consideramos pertencer.

Neste processo de relação com o passado, importa também compreender o que se designa por modernidade, porque todos pensamos a partir dela ou, pelo menos, todos pretendemos que a categoria modernidade seja componente da nossa contemporaneidade. Mas, essa modernidade – que é sempre uma realidade de trânsito – refere-se e integra o antigo, nomeadamente expresso na memória dita tradição.

Neste contexto, é fundamental esclarecer sempre – e do modo mais fino – o lugar de onde refletimos e o que queremos saber, procurando mesmo as motivações desta demanda.

É necessário compreender a linguagem (capacidade de enunciar e de destrinçar), enquanto comunicação, e a questão do simbólico, enquanto perenidade indutora (iniciática), entre as quais se situa a escrita, ou o que designamos por escrita, associando estes mesmos dois elementos: linguagem e símbolo.

A «técnica», enquanto saber e modo de fazer, sustenta a sacralidade de dois núcleos, ou planos, diferenciados: a guerra e o conhecimento. A guerra é uma tarefa que delimita fronteiras, instâncias de intervenção e estabelece ordens de subordinação, sendo que normalmente o poder político está associado a esta atividade e dela necessita. A guerra é uma das manifestações da violência, enquanto força e realidade psicológica. O exercício do poder respeita, entre outros aspetos, a manipulação (utilização ou contenção) da violência. O conhecimento, mais do que a acumulação de técnicas (do fazer) corresponde, sobretudo, a capacidade de manipular, de tornar útil. Estes aspetos não deixam, pois, de cruzar e apresentar graus de convergência.

Assim, por via da densidade da manipulação, a definição estreita entre o mundo dos vivos e o dos mortos é uma questão essencial na estruturação das sociedades. As necrópoles atestam a relevância desta problemática, pois, antes de mais, apresentam-se como importante definição de um processo de territorialização: («a cidade dos vivos e a cidade dos mortos») uma geografia societária e uma geografia para além da vida («o reino dos mortos»).

A memória transportada pelas reminiscências dos próprios povos [Cf. Heródoto], se é uma descrição da realidade, é sempre uma reelaboração da vida como contendo um além, ou um mais além, cuja temporalidade se diferencia (por exemplo, a questão da eternidade ou da imortalidade), respeitante a um povo (uma comunidade étnica) ou a um indivíduo.

O estudo das chamadas «sociedades antigas» permite-nos, hoje, alcançar uma perceção muito mais complexa dos «centros» ou «núcleos» de estruturação societária capaz de gerar ordem, seja «cósmica» ou seja mais particularizada como as «origens» do humano, que tem no religioso a sua linguagem.

Estudar a realidade religiosa implica que se estudem os diversos aspetos carreados para essa análise enquanto realidade religiosa, sendo esta especificidade a questão central de difícil esclarecimento e delimitação. Antes de mais, o religioso propriamente dito serve para nos referenciar como se processam certas vivências de adesão e de pertença e como se estruturam em bens de sustentação da vida dos indivíduos e das populações, donde a possibilidade de a partir desta categoria se poder observar e compreender os dinamismos das sociedades sobre as quais se procura realizar o labor historiográfico.

O intocável, o indizível, ou ainda, o indomável – são certamente elementos que dizem respeito ao sagrado e em relação aos quais o poder (*potestas*) pretende apropriar-se e revestir-se. O sagrado, pela sua própria natureza, não se alcança, nem dele se consegue obter qualquer tipo de definição rigorosa e satisfatória.

O conceito de sagrado aparece comumente associado ao de profano, mas este também sofre das mesmas dificuldades. Correspondem a realidades que, sobretudo, tendem a definir fronteiras de legitimidade e de legitimação, donde historiograficamente se recorrer também a eles para caraterizar partes da realidade (uma certa geografia) e dos conflitos.

A crença na vida depois da morte, sendo uma descrição, é também uma «revelação»<sup>5</sup>, pois que este conceito ou experiência não se circunscreve a uma «novidade» própria dos chamados monoteísmos. Nesta crença, entre outros aspetos, sustenta-se a piedade como forma de reconhecimento e de acatamento. Por vezes, também se fala de veneração. Há, pois, uma correlação entre poder e piedade na simbólica do fazer a guerra e do repartir (por exemplo, as terras, as águas, etc.). Estes elementos encontram-se associados às narrativas da criação ou às da instauração de linhas de chefatura (realeza).

---

<sup>5</sup> Revelar aponta para tirar o véu, o que está encoberto e se manifesta, o que se esconde, o que está no interior, donde constituir um elemento importante definidor de aspetos do espiritual ou das espiritualidades.

A construção do templo reúne estes elementos mas também manifesta contendas e processos de diferenciação ou de convergência (unificação). Seja entre o sul (*o lótus*) e o norte (o papiro), seja entre a nascente e a foz (o mar imenso), seja ainda a aglomeração de tribos numa entidade, existe uma correlação estreita entre o embrião do Estado e o processo «umbilical» unificador pelo divino corporizado por um culto, por um templo ou por uma rede de lugares de culto, mesmo de peregrinação. Os templos sempre foram atores económicos<sup>6</sup> de primeiro plano quer na sua função de acumulação de bens (ofertas – dádivas aos deuses) quer na sua função de redistribuição de bens (sustentação e fortalecimento do grupo sacerdotal, controlo de conhecimento – técnicas de construção e de mediação, nomeadamente a escrita –, dispensador de justiça enquanto interpretação da vontade dos deuses). Donde muitas vezes poderemos falar da disputa entre o templo e o palácio.

O poder político reveste-se da capacidade de fazer a guerra e de construir, buscando uma «divinização viva», onde se funda a utilidade do rei, donde sempre uma força e uma precaridade do poder político: a sacralidade do espaço (construção do templo); a garantia da continuidade, pois pelo exercício desse poder procurava-se demonstrar que se vivia nessa determinada sociedade o melhor possível, sendo que as mudanças são tomadas como perigo ou, *a posteriori*, enunciadas como a inauguração de um tempo novo (o poder criador associado ao exercício do poder político). Se o «chefe» tende a identificar-se e a encarnar a realidade da sociedade, é em certo sentido a religião – «a ordem dos deuses» – que, objetivada nos deuses, nos cultos e nos sacerdotes (mediadores e manipuladores dos poderes divinos, veiculadores e autenticadores das crenças), fornece a argamassa da sociedade.

Estas questões permitem compreender como a modernidade aparece associada a uma outra categoria – a da “cidadania”, onde o «parlamento aparece como o “templo” da democracia”» [vejam-se a eclesiologia calvinista ou católica romana e a simbólica parlamentar republicana ou monárquica].

---

<sup>6</sup> A noção de economia é tomada aqui no seu sentido antropológico de «governo da casa».

Importa terminar chamado a atenção para a persistência de imagéticas, configuradas ao ou pelo religioso, na cultura hodierna (por exemplo na diversidade da ficção científica), como permanece um certo investimento económico em torno da saúde (salvação) e do culto dos mortos. Ao «céu estrelado» opõe-se ou contrapõe-se o «mundo subterrâneo – o das trevas». A própria história humana e a consciência tendem a encarar a realidade através deste paradigma dicotómico.

A religião, sendo uma relação emocional e social, está sempre associada à construção de um além, inclusive por oposição a um aqui, seja como «o país que ama o silêncio», seja como «o lugar onde se pesa realmente o coração de cada um em comparação com o sopro do inefável». Todavia, a construção do além enquanto lugar de eternidade não pode ser desligado da preservação da estrutura familiar e da propriedade. Donde, a análise historiográfica poder e dever fazer o vaivém entre estes distintos estratos da realidade humana e do seu dizer. A religião é um *constructo* humano, e afirmar isto nem reduz nem relativiza a religião, bem pelo contrário, alarga o horizonte dessa mesma realidade que se apresenta como objeto de análise.

António Matos Ferreira  
Lisboa, 16 de Janeiro de 2013